

Regulamento do Parque de Estacionamento Subterrâneo da Praça Salgueiro Maia, Entroncamento

O presente regulamento tem como objectivo a gestão do parque de estacionamento subterrâneo, sito na Praça Salgueiro Maia, no Entroncamento, em regime de pagamento horário e em regime de estacionamento periódico sem reserva de espaço, para viaturas ligeiras.

Consagra o artigo 70º do Código da Estrada, com a regulamentação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 2-B/2005 de 24 de Março, a necessidade de existência de um regulamento que afecte as categorias dos veículos ao direito de utilização dos locais de estacionamento, bem como da fixação das taxas a cobrar através dos meios adequados.

Decorridos 4 anos sobre a vigência do atual regulamento, a experiência adquirida aconselha a que se procedam a algumas alterações nomeadamente ao nível do regime de ocupação e taxas, constantes do artigo 9º.

Assim, no uso da competência prevista pelos artigos 112º, n.º 8 e 241º da Constituição da República Portuguesa, e conferida pelas alíneas u) do n.º 1 e a) do n.º 6 do artigo 64º, com remissão para as alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do artigo 70º do Código da Estrada, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal do Entroncamento, aprova a alteração ao Regulamento do Parque de Estacionamento Subterrâneo da Praça Salgueiro Maia no Entroncamento.

CAPÍTULO I **Disposições gerais**

Artigo 1.º **Objecto**

- 1 - O presente regulamento tem por objecto a organização, gestão e funcionamento do parque de estacionamento subterrâneo para viaturas ligeiras e motos, construído na Praça Salgueiro Maia, no Entroncamento.
- 2 - A aplicação do disposto no presente Regulamento será da responsabilidade da Câmara Municipal do Entroncamento.
- 3 - A Câmara promoverá o necessário de modo a que os utentes cumpram o presente Regulamento e demais normas legais aplicáveis evitando a perturbação da boa ordem dos serviços.
- 4 - Para todas as questões emergentes do presente Regulamento, será competente o Tribunal da Comarca do Entroncamento.

Artigo 2.º

Duração e âmbito de aplicação

O presente Regulamento perdurará enquanto não for alterado pelos órgãos competentes e aplica-se a todos os seus utentes, quer os que utilizam o seu serviço em regime de pagamento horário quer em regime de estacionamento periódico sem reserva de espaço, para viaturas ligeiras e motos.

Artigo 3.º

Locais de fixação

O presente Regulamento será afixado em local bem visível no parque, encontrando-se disponível para consulta na Secção de Taxas e Licenças da Câmara Municipal do Entroncamento.

Artigo 4.º

Fiscalização

A fiscalização das condições de funcionamento do parque, incluindo a actuação do seu pessoal, será exercida pela Câmara Municipal do Entroncamento, de modo a zelar pelo integral cumprimento do presente Regulamento e demais normas legais aplicáveis.

Artigo 5.º

Composição

O parque tem uma capacidade de 266 lugares que, no seu conjunto, ocupam dois pisos.

1 - A planta e o lay-out do parque encontram-se representados no Anexo A, que é parte integrante do presente Regulamento.

2 - O regime de taxas a aplicar consta do Anexo B, e é parte integrante do presente Regulamento.

Artigo 6.º

Partes especificadas e partes comuns

- 1 - O parque é constituído por partes especificadas e por partes comuns.
- 2 - São partes especificadas, para efeitos do presente Regulamento, aquelas que se destinam ao estacionamento de viaturas ligeiras e motos e que se encontram representadas pelos números 1 a 266, correspondendo os restantes espaços e partes de uso comum.
- 3 - Cada parte especificada ou numerada passa a ser designada por lugar.
- 4 - São partes comuns do parque, designadamente, as seguintes:
 - a) Entradas, corredores, rampas de uso ou passagem, espaços de circulação para veículos e peões, escadas, e elevador;
 - b) Divisão de serviço para controlo de entrada e saída de veículos e para pagamento das taxas referentes à utilização do parque;
 - c) Rede geral de distribuição de energia eléctrica e respectivos aparelhos eléctricos;
 - d) Sistema geral de ventilação e respectivas tubagens;
 - e) Sistema de detecção, alarme e prevenção de incêndios;
 - f) Rede telefónica e respectiva tubagem;
 - g) Rede geral de esgotos e respectiva caixa de descarga;
 - h) Rede geral de canalizações;
 - i) Instalações sanitárias; e
 - j) Todos os compartimentos, bens e ou equipamentos destinados a serviços técnicos e ou a serviços para utilização do pessoal afecto ao parque.

Artigo 7.º

Remoção de veículos

1. O veículo que se encontre estacionado indevida ou abusivamente nos termos definidos no Código da Estrada poderá ser removido para depósito.
2. As autoridades competentes para a fiscalização podem bloquear o veículo estacionado indevida ou abusivamente, impedindo a sua deslocação até que se possa proceder à sua remoção.
3. O desbloqueamento e ou a remoção de um veículo nas condições definidas dos números anteriores está sujeita ao pagamento de taxa nos termos previstos no Código da Estrada e legislação complementar.
4. O depósito do veículo removido está sujeito a uma taxa diária nos termos previstos no Código da Estrada e legislação complementar.
- 5 - Sempre que um veículo não seja detentor de título válido e permaneça no parque mais de 15 dias, será o mesmo removido, devendo no entanto pagar uma taxa igual a 5 vezes o período máximo diário de estacionamento, acrescido do valor devido pelo estacionamento resultante da aplicação da tabela de taxas e de todos os custos que o município venha a incorrer relativos à operação de remoção.
- 6 – O proprietário poderá solicitar nos serviços uma estadia da sua viatura por um período de 3 semanas – 21 dias – pagando para o efeito o valor correspondente à estadia total de acordo com as taxas em vigor. Caso ultrapasse esse período, incorre na situação prevista no número anterior.

CAPÍTULO II

Disposições específicas

Artigo 8.º

Acesso ao parque

- 1 - Têm acesso ao parque os veículos automóveis ligeiros e motos com altura máxima de:
 - 1.1 – no primeiro piso: 2,40 m
 - 1.2 – no segundo piso: 2,10 m
- 2 - Não é permitida a entrada a qualquer tipo de atrelados, autocaravanas e veículos movidos a gás (GPL).

Artigo 9.º

Regime de ocupação e taxas

- 1 - A ocupação dos lugares é feita em regime de taxação fraccionada ou de taxação periódica, em conformidade com a tabela constante do ANEXO B ao presente regulamento.
- 2 - No regime de taxação fraccionada, o estacionamento está sujeito ao pagamento de uma taxa conforme tabela referida em 1.
- 3 – No regime de taxação periódica, que não dá direito a reserva de lugar, o estacionamento está sujeito à aquisição do respectivo título. O título dará acesso ao estacionamento no período fixado no ANEXO B.
Este título tem validade de 1 mês e será adquirido no Parque de Estacionamento.
- 4 - Existirá uma tolerância de 15 minutos relativamente ao fim de cada período de estacionamento, o que permitirá ao condutor a realização das manobras de retirada do veículo do parque.
- 5 – Salvo em situações excepcionais e devidamente justificadas, passado esse período de tolerância, o estacionamento passará a ser taxado nos termos do nº 2.
- 6 - A tabela de taxas será actualizada anualmente pela Câmara Municipal, nos termos do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças Não Urbanísticas.
- 7 – Tendo em conta factores como a baixa procura de estacionamento ou outros que venham a ser considerados relevantes, poderá a Câmara Municipal deliberar a criação de áreas de estacionamento com características de exploração diferenciadas, cujas condições específicas de ocupação deverão constar de um normativo a aprovar pelo órgão executivo.

Artigo 10º Reservas de lugares

Existirão lugares reservados para veículos conduzidos por deficientes portadores do respectivo dístico, grávidas e acompanhantes de crianças de colo, cuja sinalização será feita através do seguinte painel:



Fundo azul com inscrições a branco.

Artigo 11º Procedimentos de carácter geral

- 1 - A procura de lugar e a arrumação dos veículos será realizada pelo utente sob a sua inteira responsabilidade, tendo em atenção a circulação estabelecida e os lugares reservados para a recolha personalizada.
- 2 - Os veículos não poderão circular no parque com velocidade superior a 20 km/hora.
- 3 - O veículo, depois de o condutor o deixar estacionado, deverá ficar travado e fechado por medida de segurança.
- 4 - A permanência de pessoas ou animais dentro dos veículos depois de estacionados não é permitida por questões de segurança.
- 5 - Quando os lugares de estacionamento estiverem todos ocupados, o parque será encerrado e sinalizado na rampa de acesso com a proibição de entrada de veículo, sendo reaberto logo que deixe de se verificar aquela circunstância.
- 6 - A proibição da entrada no parque será estabelecida quando a palavra "Completo" for indicada na placa P existente no exterior do parque.

Artigo 12.º Sinais sonoros e luminosos

Não é permitido o emprego de sinais sonoros dentro dos limites do parque, sendo obrigatória a utilização de luzes de médio nas viaturas em circulação ou manobras.

Artigo 13.º
Cargas e descargas

As cargas e descargas de volumes não poderão prejudicar os serviços normais do parque.

Artigo 14.º
Sinalização

1 - Existirá sinalização viária e outra no interior do parque, nos termos legalmente exigidos, a qual indicará as saídas para veículos e peões, sentidos proibidos, mudanças de direcção, obstáculos existentes e, quando relevantes para os utentes, compartimentos destinados aos serviços de exploração dos parques para atendimento ao público.

2 - Existirão, ainda, assinalados no pavimento, as marcas rodoviárias necessárias à delimitação dos locais destinados a estacionamento de veículos.

Artigo 15.º
Obrigações dos utentes

1 - Os utentes do parque comprometem-se a respeitar escrupulosamente as disposições do presente Regulamento, designadamente a:

- a) Respeitar as regras de sinalização, higiene e segurança afixadas no interior e acessos do parque;
- b) Obedecer às instruções legítimas dadas pela Câmara Municipal do Entroncamento, respeitando todos os avisos existentes na área de estacionamento;
- c) Não conduzir veículos no interior do parque sob o efeito de álcool, substâncias psicotrópicas ou estupefacientes;
- d) Não praticar nas áreas de estacionamento actos contrários à lei, à ordem pública ou aos bons costumes;
- e) Não dar ao parque utilização diversa a que o mesmo se destina;
- f) Não efectuar no interior do parque quaisquer operações de lavagens, lubrificações e assistência de reparação de automóveis, excepto pequenas reparações de emergência;
- g) Respeitar a velocidade máxima de circulação no interior do parque, nunca excedendo a velocidade de 20 km/h;
- h) Circular e manobrar com a prudência necessária para evitar todas e quaisquer situações de acidente;
- i) Não estacionar por forma a ocupar mais de 1 lugar de estacionamento.
- j) Não estacionar o veículo nos corredores de circulação ou em qualquer outro local que não constitua lugar de estacionamento demarcado no pavimento e que impeça ou que dificulte a circulação ou manobra dos demais utentes;
- k) Não ocupar ou praticar qualquer acto que de alguma forma impossibilite, dificulte ou crie entraves à utilização do parque pelos restantes utentes;

- l) Não estacionar o veículo para além dos espaços reservados a um único veículo automóvel e que se acham assinalados através da sinalização horizontal marcada para esse efeito no pavimento;
- m) Não atear lume, nem usar maçaricos ou quaisquer outros materiais, instrumentos e ou utensílios susceptíveis de causarem riscos de incêndio ou explosão; e
- n) Não guardar nas áreas de estacionamento quaisquer bens, utensílios, materiais ou substâncias inflamáveis, explosivos ou tóxicos, designadamente reservatórios de carburantes, óleos, gases e materiais voláteis.

Artigo 16.º

Tipo de contrato

- 1 - O estacionamento de veículos no parque tem índole administrativa e não é confundível com qualquer contrato privado de guarda ou protecção de bens.
- 2 - O parqueamento nas formas previstas no presente Regulamento não constitui contrato de depósito, nem das viaturas, nem dos objectos existentes no seu interior.
- 3 - A Câmara não é responsável pelos danos ocasionados por terceiros, seja qual for a sua causa, em pessoas, veículos estacionados ou em circulação no parque, nem pelo furto ou roubo do veículo ou respectivos acessórios ou ainda outros objectos existentes no interior ou no exterior dos mesmos veículos.

Artigo 17.º

Objectos perdidos

- 1 - Todos os objectos pertencentes a terceiros que forem encontrados abandonados, serão depositados à guarda e devidamente registados na Câmara Municipal do Entroncamento sendo entregues a quem provar a respectiva propriedade.
- 2 - Decorridos 30 dias sobre a data em que foram encontrados e desde que não tenha havido qualquer reclamação, os referidos objectos serão entregues na secção de objectos perdidos da PSP, mediante prova do facto.

Artigo 18.º

Sistemas de segurança

O parque encontra-se equipado com um sistema de segurança contra incêndios devidamente sinalizado e um sistema de detecção de monóxido de carbono (CO).

Artigo 19.º

Responsabilidade dos utentes

- 1 - No caso de se verificar no parque acidente ou ocorrência provocados por culpa ou negligência presumida de qualquer utente sobre instalações ou sobre terceiros, o mesmo utente será responsável, até prova em contrário, pelo pagamento de todos os danos e prejuízos efectuados, bem como pelas indemnizações que forem devidas.
- 2 - O responsável pelos danos ou prejuízos referidos no número anterior é obrigado a comunicá-los imediatamente ao pessoal de serviço da Câmara Municipal do Entroncamento.
- 3 - Se a comunicação prevista no número precedente não tiver sido feita ou se o responsável se negar a cumprir o que se encontra estabelecido no n.º 1 do presente artigo, será solicitada a presença dos agentes da autoridade, respondendo judicialmente pelos danos causados.

Artigo 20.º

Horário de funcionamento

- 1 - O parque tem um horário de funcionamento e acesso ao público conforme consta do Anexo C podendo no entanto esse horário ser alterado por deliberação da Câmara Municipal.
- 2 - A Câmara Municipal pode igualmente deliberar o encerramento do parque de estacionamento, por motivos de força maior ou outros, após devida ponderação desses motivos.
- 2 - O encerramento do parque, quando previsível, deverá ser comunicado aos utentes por meio de Edital, com a antecedência mínima de 15 dias.
- 3 - O encerramento por motivos de força maior, deverá ser comunicado aos utentes, tão brevemente quanto possível.
- 4 - Consideram-se motivos de força maior, designadamente, a ocorrência de catástrofes naturais, de situações anómalas que constituam perigo para os utentes ou respectivos veículos, bem como a necessidade de se procederem a reparações urgentes no interior do parque.

Artigo 21.º

Perda ou extravio do bilhete de acesso

- 1 - Em caso de perda ou extravio do bilhete de acesso ao estacionamento, o proprietário incorre no pagamento de uma taxa igual a 5 vezes o período máximo diário de estacionamento.

2 - Para efeitos de determinação do número de dias em que o veículo automóvel fica estacionado no interior do parque, a Câmara realizará relatórios diários, pelos quais se identifiquem os veículos que permanecem na parte reservada ao estacionamento público por mais de vinte e quatro horas.

3 - A entrada no parque através de bilhete será sempre paga de acordo com a tabela da taxas em vigor, independentemente de o utente provar ser detentor de um ou mais títulos relativos a estacionamento periódico.

Artigo 22.º

Administração do parque

1 - A exploração, gestão e administração do parque compete à Câmara Municipal do Entroncamento, a qual se obriga a zelar pela higiene, limpeza, conservação e manutenção do mesmo, bem como a preservar a operacionalidade dos equipamentos.

2 - A Câmara Municipal do Entroncamento fiscaliza a aplicação do presente Regulamento, tomando para o efeito as medidas nele previstas com vista ao seu eficaz cumprimento.

3 - A Câmara Municipal do Entroncamento poderá recorrer ao serviço de empresas de segurança e vigilância para procederem às tarefas de vigilância e segurança do parque.

4 - A Câmara Municipal pode recorrer a meios electrónicos de vigilância das instalações, o que fará no estrito cumprimento pela legislação vigente no nosso país.

Artigo 23.º

Higiene e limpeza

A fim de garantir a higiene e limpeza do parque, pessoal especializado procederá à sua limpeza periódica.

Artigo 24.º

Estacionamento proibido

É proibido o estacionamento:

- a) De veículos de classe ou tipo diferente daquele para o qual o espaço tenha sido exclusivamente afectado;
- b) Por tempo superior ao permitido neste regulamento;
- c) De veículos destinados à venda de quaisquer artigos ou a publicidade de qualquer natureza.

Artigo 25.º

Estacionamento abusivo

Considera-se estacionamento abusivo estacionamento nas condições do disposto no Código da Estrada.

Artigo 26.º

Actos ilícitos praticados sobre os equipamentos

1. É proibido destruir, danificar, desfigurar ou tornar não utilizáveis os equipamentos instalados para a emissão de títulos de estacionamento.
2. Quem infringir o disposto no número 1, sujeitar-se-á às sanções previstas no Código Penal.

Artigo 27.º

Sanções

O proprietário do veículo estacionado em infracção ao presente regulamento é sancionado com coima, nos termos previstos no Código da Estrada e legislação complementar.

Artigo 28.º

Lacunas e omissões

- 1 - As dúvidas de interpretação bem como as lacunas do presente Regulamento são resolvidas mediante deliberação da Câmara Municipal do Entroncamento, que pode delegar esta competência no seu Presidente, autorizando-o a subdelegar em Vereador.
- 2 – As situações não previstas no presente Regulamento serão reguladas pelas disposições constantes do Código da Estrada e demais legislação complementar aplicável.

Artigo 29º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 10 dias após a sua publicitação nos termos legais.

ANEXO A

Plantas do parque

ANEXO B

TAXAS
(artigo 20.º)

TICKETS		
Escalões (tempo em minutos)	Taxas €	Taxa ao minuto €
15	0,00	0,00000
30	0,00	0,00000
45	0,30	0,00667
60	0,40	0,00667
75	0,45	0,00600
90	0,50	0,00556
105	0,55	0,00524
120	0,60	0,00500
135	0,65	0,00481
150	0,70	0,00467
165	0,75	0,00455
180	0,80	0,00444
195	0,85	0,00436
210	0,90	0,00429
225	0,95	0,00422
240	1,00	0,00417
>240	1,10	(*)

(*)-Taxa minuto para permanência superior a 240 minutos

Tempo	Taxa €
Limite inferior	
241 minutos	0,00456
Limite superior	
1440 minutos	0,00076

AVENÇAS MENSAIS	
Tipo	Taxas €
Avença diurna	15,00
Avença 24 horas	30,00

- “**Avença diurna**”, válida para o seguinte horário:
De 2ª a 6ª feira, domingos e feriados: entre as 7 h e as 23 h
Aos sábados: entre as 6 h e as 22 h
- “**Avença 24 horas**” válida 24 horas.

Outras			
Tipo	Artº	Taxas €	Obs:
Remoção	7º	5,50	por dia
Perda/extravio de título	21º nº 1	5,50	-

ANEXO C

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (artigo 20º)

O Parque de Estacionamento Subterrâneo da Praça Salgueiro Maia encontra-se permanentemente aberto.

PISO -1



PISO -2

